



CONTRATO Nº 048/2018

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E NAS CONDIÇÕES SEGUINTE, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE PARACAMBI, E DE OUTRO COMO CONTRATADA, A EMPRESA MAQMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, OBJETO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2018- PREGÃO PRESENCIAL 07/2017, DO CONSORCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, NA FORMA ABAIXO:

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de Educação e Esportes **MARIANO CARVALHO ALMEIDA**, carteira de identidade nº 09522982-9 e CPF nº 084.723.387-11, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a **MAQMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA** situada a Rua Alberto Pereira, 80- Taquaritinga- SP, inscrita no CNPJ nº 54.826.367/0004-30, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **Roberto Ricardo da Costa**, portador da identidade nº 10.770.666-0 e CPF: 005.423.338-05, celebram o presente **CONTRATO Nº 048/2018**, conforme processo administrativo nº 5885/2018, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **aquisição de Mobiliário Escolar e Corporativo**, para atender as necessidades dos alunos, professores e servidores da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no prazo e nas condições a seguir ajustadas, decorrentes da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2018, DO CONSORCIO**



PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – (por adesão).

Parágrafo Primeiro – Da Especificação do Objeto

A aquisição deste Contrato as quantidades e observações constantes do Objeto da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2018, CONSORCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – (por adesão)**, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência do órgão requisitante.

Item	Qtd	Und	Especificações	Preço Unitário	Preço Global
01	35	unid	Arquivo de aço com 04 gavetas	R\$1.292,00	R\$45.220,00
02	30	unid	Estante biblioteca dupla face	R\$1.381,00	R\$41.430,00
03	32	unid	Cadeira giratória operacional sem braço	R\$770,00	R\$24.640,00
04	20	unid	Conjunto refeitório infantil- Altura do aluno: de 1,33m a 1,59m	R\$1.186,00	23.720,00
05	30	unid	Conjunto refeitório adulto- Altura do aluno: 1,59m a 1,88m	R\$1.291,00	R\$38.730,00
VALOR TOTAL: R\$173.740,00 (Cento e setenta e três mil, setecentos e quarenta reais).					

Parágrafo Segundo — Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante toda execução do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2018, CONSORCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – (por adesão)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E DO PRAZO DE ENTREGADOS PRODUTOS

2.1. Da forma de entrega dos produtos:



2.1.1. Os produtos devem ser entregues obedecendo rigorosamente às cláusulas do edital de licitação e seus anexos

2.1.2. Os produtos devem ser entregues acondicionados, sempre que possível, em embalagens lacradas individualmente, identificados, e em perfeitas condições de armazenagem.

2.1.3. Os produtos devem ser de alta qualidade, excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias.

2.1.4. Os produtos deverão possuir embalagem individual, contendo:

- a) nome e *website* do fabricante;
- b) data do término da garantia;
- c) dados para acionamento da garantia.

2.2. Do prazo de entrega dos produtos:

2.2.1. A entrega deverá ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, uma vez que se trata de entrega única, salvo, se por motivo justo, a CONTRATADA solicitar prorrogação de prazo, por meio de ofício, e tal pedido for aceito pela CONTRATANTE;

2.2.2. Se a CONTRATADA não cumprir o prazo de entrega ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formal aceita pela CONTRATANTE, decairá do direito de fornecer os produtos adjudicados, sujeitando-se às penalidades previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1. Da garantia dos produtos:

3.1.1. Dar plena garantia de qualidade dos materiais, e que estes após a entrega, possuam a cobertura mínima exigida, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega dos mesmos em desconformidade com o especificado no Termo de Referência, caso não seja possível à troca, tudo a encargo da **CONTRATADA**.

3.1.2. Garantir os bens pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses após a entrega definitiva** dos mesmos.



3.2. Do local entrega dos produtos:

3.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação, situado à Rua Alberto Leal Cardoso, s/nº, Centro - Paracambi – RJ.

CLÁUSULA QUARTA– DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. A aceitação do objeto está condicionada ao atendimento das especificações mínimas constante do Termo de Referência do Consórcio dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre;

4.2. O produto deverá ser novo, de primeiro uso e que esteja na linha de produção atual do fabricante, e em perfeitas condições de uso.

4.3. Os equipamentos deverão ser entregues mediante recebimento de Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Paracambi, em dias úteis das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e no prazo de entrega máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da nota de empenho/solicitação.

4.4. Para a comprovação do recebimento dos equipamentos, serão designados 03 (três) servidores responsáveis pela conferência e “atesto”, ocasião em que observarão o recebimento definitivo após minuciosa conferência e comprovação de sua quantidade, qualidade e se os mesmos foram entregues de acordo com os termos do edital e seus consectários, bem como do Contrato, sob pena de rejeição dos mesmos, atestando-o em 03 (três) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal/FATURA.

4.5. O produto deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses.

4.6. A carga e a descarga ocorrerão por conta do(s) fornecedor (es), sem quaisquer ônus para o Órgão solicitante.

4.7. A proponente deverá indicar expressamente na proposta o nome das empresas responsáveis pela garantia e que prestarão o serviço no Estado do Rio de Janeiro, com os seguintes dados: razão social, CNPJ, endereço com CEP, número de telefone fax, endereço eletrônico (E-mail), se houver, e o nome da pessoa responsável para o contrato;



4.8. A garantia terá início a partir da data do recebimento definitivo, sem ônus adicional para a PMP.

4.9. Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, por correio eletrônico ou por telefone, obrigando-se a empresa a atendê-la no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que retirar os produtos das instalações do usuário, deverão substituí-lo por outro de igual especificação no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas corridas, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

4.10. O recebimento se classifica em:

4.10.1. Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações constantes do Termo de Referência, (não superior a 05 dias úteis);

4.10.2. Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e conseqüente aceitação, mediante atesto da Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA– DA LICITAÇÃO

A aquisição, consubstanciada no presente contrato, foram objeto da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012018, CONSORCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – (por adesão)**, a que se vincula este contrato, além de submeter-se, também aos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEXTA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se:

6.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações;

6.2. Convocar a adjudicatária para assinatura o Contrato;



- 6.3. Emitir a Nota de empenho e, se for o caso, a ordem de fornecimento;
- 6.4. Indicar os locais, da Secretaria de Educação, e horários em que deverão ser entregue os veículos;
- 6.5. Permitir acesso de representante da Contratada acesso ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança;
- 6.6. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
- 6.7. Assegurar-se da boa execução do contrato, verificando sempre o bom desempenho deste;
- 6.8. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes, que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 6.9. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
- 6.10. Efetuar o pagamento à Contratada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, conforme estabelecido no Termo de Referência;
- 6.11. Rejeitar produtos cujas especificações não atendam quaisquer dos itens e aos requisitos mínimos constante do Anexo I do Termo de Referência;
- 6.12. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeição, falhas ou irregularidades constantes em cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 6.13. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da contratada;

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:



7.1. Fornecer objeto que atenda aos requisitos, com observância das normas constantes deste instrumento;

7.2. Assumir o ônus e responsabilidade pelo reconhecimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venha a incidir sobre o objeto deste Termo;

7.3. Entregar os equipamentos no prazo máximo **60 (sessenta) dias corridos** contados do recebimento da Nota de Empenho;

7.4. Manter a garantia dos equipamentos pelo prazo, mínimo de **12 (doze) meses**, após a entrega definitiva dos mesmos;

7.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos, enquanto perdurar a vigência da garantia oferecida pela contratada ou fabricante, e ainda, com a disponibilização de material de reposição no mercado nacional por prazo não inferior a 12 (doze) meses contados da entrega do material, quando couber;

7.6. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos produtos/equipamentos em desacordo com as especificações constantes no Edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

7.7. Substituir, durante a garantia, e no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, os equipamentos (no todo ou em parte) caso seja constatada divergência nas especificações;

7.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

7.9. Prover todos os meios necessários durante a garantia da plena operacionalidade do veículo, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;



7.10. Manter a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação de habilitação, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.11. Arcar com todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Órgão;

7.12. Eximir a Contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade de todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais.

CLÁUSULA OITAVA– DO PREÇO

8.1- O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição do(s) produto(s) o valor total de **R\$173.740,00 (Cento e setenta e três mil, setecentos e quarenta reais)**.

CLÁUSULA NONA– DO PAGAMENTO

9.1. Será emitida Nota de Empenho e/ou contrato a favor da Contratada que, após entrega dos produtos adjudicados deverá protocolizar perante a Prefeitura Municipal de Paracambi, Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada;

9.2. A PMP terá um prazo de até **03 (três) dias corridos** para conferência e aprovação, contados da sua protocolização, e será paga, diretamente na conta corrente da Contratada;

9.3. Ocorrendo rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

9.4. O prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada;



9.5. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE”, para verificar todas as condições de habilitação da Contratada, donde, sendo constatada a situação de irregularidade deverá haver comunicação por escrito para que se regularize tal situação, no prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Paracambi sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

9.6. A Contratada, para recebimento, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, o comprovante de regularidade junto ao INSS, conforme ACORDÃO 260/2002 do Plenário do TCU;

9.7. Os pagamentos não serão efetuados através de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a Nota de Empenho.

9.8. O preço do objeto contratado é fixo e irreajustável.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta aquisição, a Prefeitura Municipal de Paracambi poderá, desde que garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes vencedores as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;

c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.



f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520 de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação	Despesa	Programa de Trabalho	Recurso	Empenho
639	44905242000000	12.01.12.361.0029.1055	100	921
636	44905242000000	12.01.12.361.0029.1052	100	922

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá aos servidores da Secretaria de Educação e Esportes, a observância quanto ao cumprimento de todas as obrigações atinentes ao presente Contrato, bem como rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não seja comprovadamente novo, assim considerando de primeiro uso, bem como solicitar a sua substituição caso o produto esteja fora das especificações ou com defeito de fabricação. Seguem descritas abaixo as atribuições do Fiscal de Contrato:

- a) Acompanhar a execução da despesa em questão com o objetivo de garantir o fiel cumprimento do contrato;
- b) Atestar a Nota Fiscal como condição de pagamento;
- c) Informar às Superintendências as ocorrências de descumprimento de cláusula contratual ou qualquer fato que prejudique a execução da despesa, solicitando, quando for o caso, a aplicação das penalidades cabíveis;
- d) Notificar a CONTRATADA acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos fornecimentos, objetivando a adoção das medidas corretivas necessárias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente Contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá sua vigência adstrita aos créditos orçamentários, conforme artigo 57, caput, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias após assinatura deste Contrato, providenciará a sua publicação, por extrato, no Diário Oficial do Município.

O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CONTROLE

O presente contrato será submetido à fiscalização da entidade de controle externo competente, de conformidade com a fonte de recursos que subvencionam a presente aquisição.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

O presente contrato poderá ser alterado nas formas e condições previstas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS



O presente Instrumento, inclusive os casos omissos regulam-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 4.482/2017, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FISCAL DO CONTRATO

O fiscal do contrato bem como o seu respectivo suplente, referente ao presente contrato, serão indicados pelo gestor da pasta através de portaria assinada e publicada no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, 10 de setembro de 2018.

Secretário Municipal de Educação e Esportes

MARIANO CARVALHO ALMEIDA

Identidade nº 09522982-9 e CPF nº 084.723.387-11

CONTRATANTE

MAQMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Roberto Ricardo da Costa

Identidade nº 10.770.666-0 e CPF: 005.423.338-05

CONTRATADO

Testemunhas:

1 _____

2 _____